



SENADO FEDERAL

MENSAGEM

Nº 123, DE 2010
(nº 216/2010, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor RUBEM ANTONIO CORREA BARBOSA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Comunidade da Austrália.

Os méritos do Senhor Rubem Antonio Correa Barbosa que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 5 de maio de 2010.

Assinatura manuscrita em tinta preta, com uma grande e fluida letra inicial, sobreposta a uma linha decorativa curva que se estende da esquerda para a direita.

EM No 00187 MRE /DP/AFEPA/G-/APES

Brasília, 29 de abril de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **RUBEM ANTONIO CORREA BARBOSA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Comunidade da Austrália.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **RUBEM ANTONIO CORREA BARBOSA** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Celso Luiz Nunes Amorim

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE RUBEM ANTONIO CORREA BARBOSA

CPF.: 383.161.027-49

ID.: 5719 MRE

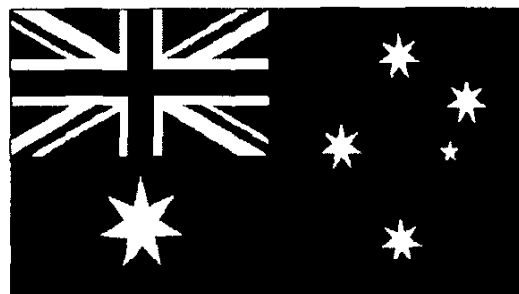
14/01/1952 Filho de Rubem Duarte Corrêa Barbosa e Hylma Malcher Corrêa Barbosa, nasce em 14 de janeiro, no Rio de Janeiro/RJ
02/04/1974 CPCD - IRBr
11/09/1974 Terceiro Secretário em 11 de setembro
15/12/1974 Ciências Jurídicas pela Faculdade Cândido Mendes/RJ
12/09/1975 Serviço de Protocolo e Visitas, assistente
31/03/1976 Divisão da Europa I, assistente
29/07/1977 Embaixada em Ottawa, Terceiro e Segundo Secretário
12/12/1978 Segundo Secretário em 12 de dezembro
07/07/1980 Embaixada em Lagos. Segundo e Primeiro Secretário
15/10/1982 CAD - IRBr
22/06/1983 Primeiro Secretário, por merecimento, em 22 de junho
18/10/1983 Ordem do Niger, Nigéria, Cavaleiro
01/06/1984 Departamento de Cooperação e Divulgação Cultural, assistente
04/02/1985 Subsecretaria-Geral de Administração e Comunicações, assessor
02/03/1986 Embaixada em Lisboa, Primeiro Secretário
28/07/1989 Divisão da Europa I, assessor
18/06/1991 Conselheiro, por merecimento, em 18 de junho
07/10/1991 Divisão do Oriente Próximo I, Chefe
01/02/1993 Embaixada em Bogotá, Conselheiro
15/06/1995 CAE - IRBr, O diferendo sobre a fronteira marítima entre a Colômbia e a Venezuela
08/07/1996 Consulado-Geral em Los Angeles, Cônsul-Geral Adjunto
02/08/1999 IRBr, Coordenador-Geral de Ensino
28/06/2000 Ministro de Segunda Classe em 28 de junho
26/03/2003 Ministério da Justiça, Chefe da Assessoria Internacional
08/09/2003 Divisão da América Meridional II, Chefe
27/01/2005 Ministério de Minas e Energia, Assessor Especial
02/05/2007 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial
18/12/2008 Ministro de Primeira Classe em 18 de dezembro


DENIS FONTES DE SOUZA PINTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

MENSAGEM AO CONGRESSO

AUSTRÁLIA



Índice

DADOS BÁSICOS	3
PERFIS BIOGRÁFICOS	4
RELAÇÕES BILATERAIS	9
<i>Plano de Ação.....</i>	<i>10</i>
<i>Comércio bilateral.....</i>	<i>11</i>
<i>Investimento.....</i>	<i>11</i>
POLÍTICA INTERNA	13
ECONOMIA.....	16
COMÉRCIO.....	17
INVESTIMENTOS.....	18
ANEXOS.....	19
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS	19
ATOS BILATERAIS.....	21
DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS	22

Dados básicos

NOME OFICIAL:	Comunidade da Austrália
CAPITAL:	Canberra
ÁREA:	7.692 Km2
POPULAÇÃO (2008):	21,5 milhões
IDIOMAS:	Inglês
ETNIAS (2007):	Branços (92%), Asiáticos (7%), Aborígenes (1%)
PRINCIPAIS RELIGIÕES (2006):	Católicos (25,8%), Anglicanos (18,7%), Metodistas (5,7%), Presbiterianos (3%)
SISTEMA POLÍTICO:	Monarquia Parlamentarista
CHEFE DE ESTADO	Rainha Elizabeth II, representada pela Governadora-Geral Quentin Bryce
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Kevin Rudd
MRE:	Stephen Smith
MINISTRO DO COMÉRCIO:	Simon Crean
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Neil Mules
PIB REAL (2008 - BM):	US\$ 1.010,5 bilhões
PIB PER CAPITA REAL (2008 - BM):	US\$ 46,907 mil
PIB PPP (2008 - BM):	US\$ 795,3 bilhões
PIB PER CAPITA PPP (2008 - BM):	US\$ 37,299 mil
UNIDADE MONETÁRIA:	Dólar australiano

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões FOB) - *Fonte: MDIC*

Brasil → Austrália	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010 (fev.)
Intercâmbio	466	598	743	1.092	1.250	1.390	2.483	1.336	235
Exportações	254	305	370	464	512	614	1.252	492	77
Importações	212	292	373	628	737	775	1.229	844	158
Saldo	41	12	-3	-164	-225	-161	22	-351	-80

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões FOB) - *Fonte: DFAT*

Austrália → Brasil *	2005	2006	2007	2008
Intercâmbio	1.321	1.436	1.464	2.345
Exportações	715	740	720	1.306
Importações	606	696	744	1.038
Saldo	109	53	-23	268

**Dados traduzem perspectiva Australiana do comércio bilateral.*

Perfis biográficos



Quentin Bryce
Governadora Geral

Quentin Bryce nasceu em Longreach, Queensland, em 23/12/1942.

Formou-se em Direito pela Universidade de Queensland em 1965. No mesmo ano, tornou-se uma das primeiras mulheres a serem admitidas como juíza em um tribunal em Queensland.

Entre 1968 e 1983, foi a primeira mulher a lecionar na Faculdade de Direito da Universidade de Queensland. Em 1987, tornou-se Diretora da Comissão de Direitos Humanos e Igualdade de Oportunidades. De 1989 a 1993, atuou na Comissão Federal de Discriminação Sexual, e, entre 1993 e 1996, chefiou o Conselho Nacional de Proteção à Criança. Em 2003, por recomendação do Premier Peter Beattie, foi designada, pela Rainha Elizabeth II, Governadora de Queensland, a segunda mulher a ocupar tal posição.

Assumiu, em 05/09/2008, as funções de Governadora-Geral da Comunidade da Austrália, em substituição ao Senhor Michael Jeffery, tornando-se a 25º ocupante do referido cargo. O anúncio de sua indicação, por recomendação do Primeiro-Ministro Kevin Rudd, tinha sido feito pela Rainha da Inglaterra, em 13/04/2008.

É casada com Michael Bryce. O casal tem duas filhas, três filhos e cinco netos.



Kevin Rudd
Primeiro ministro

Kevin Rudd nasceu em 1957, em Nambour, Queensland.

Graduou-se em Estudos Asiáticos na Universidade Nacional da Austrália, em Camberra, em 1981.

Entre 1981-1988, atuou como Diplomata. Durante esse período, serviu nas Embaixadas em Estocolmo e Pequim. De 1988 a 1996, Kevin Rudd ocupou cargo junto ao Governo do Estado de Queensland, primeiro como Chefe de Gabinete do Primeiro-Ministro Wayne Goss e, a partir de 1991, como Diretor Geral do Gabinete. Entre 1996-1998, trabalhou na iniciativa privada, como Consultor para a China da KPMG Australia, procurando abrir novas oportunidades de comércio para as empresas australianas na China e em Taiwan.

Foi eleito para a Câmara dos Deputados por Griffith, Queensland, em 1998, 2001, 2004 e 2007. A partir de 2001 foi “Shadow Minister” para Relações Exteriores, assumindo responsabilidades também para Assuntos de Segurança Internacional em 2003, e Comércio em 2005.

Assumiu a liderança do Partido Trabalhista em 04/12/2006 e tornou-se Primeiro-Ministro da Austrália em 03/12/2007. Kevin Rudd fala mandarim e é especialista em política interna e externa da China, relações Austrália-Ásia e globalização.

É casado e tem três filhos.



Stephen Smith
Ministro dos Negócios Estrangeiros

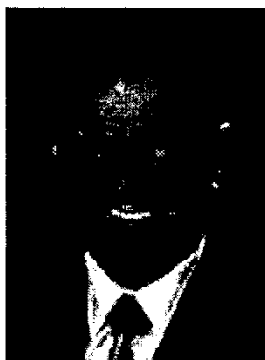
Stephen Smith nasceu em 1955, em Narrogin, Austrália Ocidental.

Graduou-se em Direito pela Universidade da Austrália Ocidental, em Perth, em 1977. Fez mestrado em Direito, em 1982, na Universidade de Londres.

De 1987 a 1990, desempenhou funções de direção no Partido Trabalhista. Em 1991-92 foi Assessor para o Tesouro do Primeiro-Ministro Paul Keating e Assessor do Ministro de Ciência e Tecnologia, R. V. Free.

Foi eleito para a Câmara dos Deputados por Perth, Austrália Ocidental, em 1993, 1996, 1998, 2001, 2004 e 2007. Durante esse período, foi “Shadow Minister” para o Comércio (1996-97), para Recursos e Energia (1997-98), para Comunicações (1998-2001), para Saúde e Idosos (2001-04), para a Indústria, Infra-estrutura e Relações Industriais (2004-06) e para a Educação e Treinamento (2006-07). Em 3/12/2007, assumiu como Ministro dos Negócios Estrangeiros.

É casado e tem dois filhos.



Simon Crean
Ministro do Comércio

Simon Crean nasceu em 1949, em Melbourne, Victoria.

Graduou-se em Economia e Direito pela Universidade de Monash.

Entre 1970-1990, dedicou-se a atividades sindicais, inclusive como Presidente do Conselho dos Sindicatos da Austrália (1985-90). Durante esse período, ocupou vários cargos em organizações nacionais e internacionais, entre os quais o de membro-diretor da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da Empresa Aérea Qantas.

Foi eleito para a Câmara dos Deputados em 1990. Além de ter sido nomeado pelo partido para vários 'Shadow Ministries', serviu como Ministro para a Ciência e Tecnologia no Governo do Primeiro Ministro Robert Hawke; e como Ministro para as Indústrias Primárias e Energia e para o Emprego, Educação e Treinamento no Governo do Primeiro-Ministro Paul Keating. Em 2007, tornou-se Ministro para o Comércio.

É casado e tem duas filhas.



Neil Mules
Embaixador em Brasília

Neil Mules graduou-se pela Universidade de Flinders.

É diplomata de carreira. Seu primeiro posto foi Brasília (1981-84). Posteriormente, serviu em Ancara (1985-88), Harare (1988-90), Jacarta (1992-95), Hanoi (1996-98) e, novamente, Jacarta (2002-03). Foi Embaixador no Iraque (2004-05) e no México (2005-2007).

Em Camberra, trabalhou na Divisão de Refugiados, Imigração e Asilo (1984-85), na Divisão de Condições de Serviço (1991-92), na Seção Marítima para o Sudeste da Ásia (1998-2000) e no Departamento de Gerenciamento de Informação e Propriedade e Segurança Diplomática.

Em dezembro de 2007, assumiu a Embaixada em Brasília.

Relações bilaterais

As relações diplomáticas entre Brasil e Austrália foram estabelecidas em 1945. A representação diplomática da Austrália, primeira na América Latina, foi instalada no Rio de Janeiro, em 1946, e a legação brasileira, em Camberra, no mesmo ano. Desde então, as relações bilaterais registram significativo incremento, com multiplicação de visitas de alto nível, expansão do comércio e dos investimentos (mormente no setor de mineração e de energia renovável) e identificação de maiores possibilidades de cooperação científica e tecnológica.

Até o momento não ocorreram visitas bilaterais de Chefes de Governo. Recentemente, no entanto, o Presidente da República manteve encontro com o Primeiro-Ministro da Austrália, Kevin Rudd, por duas ocasiões. Em 14/11/2008, em Washington, à margem da Cúpula sobre Mercados Financeiros e Economia Global e, em 10/7/2009, em L'Aquila, Itália, à margem da Cúpula do G-8+G-5. O encontro em Washington serviu para discutir as medidas adotadas pelos dois governos no combate à crise financeira internacional. O encontro em L'Aquila, por sua vez, centrou-se na discussão da proposta francesa de ampliação do G-8 com a incorporação dos membros do G-5+Egito (G-14).

O Ministro Celso Amorim foi o primeiro e único Ministro das Relações Exteriores brasileiro a visitar a Austrália, por duas vezes, em 1994 e 2008. Por ocasião da visita oficial em 26 e 27 de agosto de 2008, o Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, manteve encontro com o Primeiro-Ministro Kevin Rudd, com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Stephen Smith, e com o Ministro do Comércio Exterior, Simon Crean. No encontro com Stephen Smith, os Ministros repassaram a evolução da agenda bilateral e a sintonia de posições de ambos os países nos foros multilaterais. Com vistas a elevar as relações entre o Brasil e a Austrália a um novo patamar, acordaram ainda o lançamento de um Plano de Ação para concretizar a idéia de uma “Parceria Reforçada”, o qual deverá ser submetido à consideração do Presidente da República e do Primeiro-Ministro australiano.

O Ministro Celso Amorim manteve também encontro com o Ministro do Comércio, Simon Crean, em 25 de junho de 2009, em Paris, à margem da reunião ministerial da OCDE, Paris, e, em 29 de janeiro de 2010, em Davos, à margem da reunião do Fórum Econômico Mundial, ocasiões em que foram abordados temas afetos à Rodada Doha e ao relacionamento econômico-comercial bilateral.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros Alexander Downer esteve no Brasil em 2001 e 2006. Já o atual MNE, Stephen Smith, visitou o Brasil entre 24 e 26 de agosto de 2009. Na visita do Ministro australiano, ficou acordado que era chegada a hora de finalizar os trabalhos do Plano de Ação para que a proposta fosse apresentada à consideração do PR Lula e do PM Rudd o mais breve possível.

Algumas visitas brasileiras recentes foram as do Ministro da Cultura, Gilberto Gil, no contexto de sua participação em festival de música, artes e dança, em Adelaide (2004); do Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues (2005); do Assessor Especial da Presidência da República para Assuntos Internacionais,

Marco Aurélio Garcia, e do Presidente da APEX, Juan Quirós (2006); do Assessor Especial para a Ásia, Embaixador João Gualberto Marques Porto (2008); e a missão parlamentar brasileira que recolheu experiências concretas sobre a exploração e o aproveitamento de recursos minerais em terras indígenas (2008). Delegação do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT), da UFMG, cumpriu extenso programa de visitas na Austrália entre 6 e 20 de setembro de 2009, com vistas a fortalecer o intercâmbio acadêmico e institucional com diversas instituições científicas australianas.

Do lado australiano, estiveram nos últimos anos no Brasil o Ministro da Agricultura, Pesca e Florestas, Warren Truss (2003); o Ministro do Comércio, Mark Vaile, por ocasião da XI Sessão da UNCTAD (2004); o Ministro da Educação, Ciência e Treinamento, Brendan Nelson (2005); o Ministro da Indústria, Ian McFarlane (2006) e o Diretor do Departamento das Américas, Les Luck, por ocasião da III Reunião Ministerial do FOCALAL (2007).

O Mecanismo de Consultas Políticas Bilaterais, criado em 1990, constitui foro de análise e intercâmbio de pontos de vista sobre assuntos de interesse comum. A 4ª reunião teve lugar em Camberra, em 2002. A 5ª reunião aconteceu em Brasília, em 2003. A 6ª reunião ocorreu em Camberra, em 2005. A 7ª reunião deu-se em Brasília, em 2007. A última, a 8ª Reunião de Consultas Políticas Bilaterais, teve lugar em Camberra, em 2008. Nessa última, a delegação brasileira, chefiada pelo SGAP II, Embaixador Roberto Jaguaribe, tratou de diversos temas da agenda bilateral e multilateral, além de ter sido oportunidade para a primeira troca de idéias sobre as posições defendidas pelo Governo Rudd.

A Austrália já manifestou, no passado, apoio a candidatura brasileira a assento permanente em um Conselho de Segurança ampliado. Brasil e Austrália são membros do Grupo de Cairns e defendem um destravamento da Rodada Doha da OMC que leve ao avanço das negociações para a liberalização do comércio agrícola. Ambos os países integram o Fórum de Cooperação América Latina-Leste da Ásia (FOCALAL), que tem por objetivo o aumento do conhecimento mútuo, do diálogo recíproco e da cooperação entre as duas regiões.

Plano de Ação

Está sendo discutido texto de proposta de Plano de Ação, a ser lançado pelos dois Chefes de Governo, por ocasião da visita do Primeiro-Ministro Kevin Rudd ao Brasil. O documento deverá prever a implementação de mecanismos regulares de consultas ministeriais e de altos funcionários, com o objetivo de estabelecer diretrizes para o funcionamento da relação bilateral e de discutir os principais temas da agenda internacional. O Plano de Ação deverá listar também as ações que se espera implementar nos próximos anos, em áreas de interesse prioritário, tais como: Energia e Mineração (cooperação em energias renováveis e bioenergia), Agricultura (SPS), Comércio e Investimentos (criação de grupo de monitoramento), Esporte, Ciência e Tecnologia, Educação, Turismo, e Cooperação Trilateral.

Comércio bilateral

Apesar do intercâmbio crescente nos últimos anos, o comércio bilateral ainda é pequeno diante do tamanho das duas economias, reflexo da natureza da pauta de exportação dos dois países, concorrente nos setores do agronegócio e da mineração. Em 2009, a Austrália foi responsável por apenas 0,3% do total de exportações brasileiras, ao passo que o Brasil comprou apenas 0,7% do total exportado por aquele país.

Entre 2002 e 2008, o intercâmbio Brasil-Austrália passou de US\$ 466 milhões para US\$ 2,482 bilhões. Caiu para US\$ 1,336 bilhão, porém, em 2009, por conta da crise econômica mundial. Nos dois primeiros meses de 2010, o comércio bilateral alcançou US\$ 235 milhões.

As exportações brasileiras cresceram de US\$ 254 milhões em 2002 para US\$ 1,252 bilhão em 2008. Em 2009, caíram para US\$ 492 milhões (60% menor do que em 2008). Nos dois primeiros meses de 2010, o Brasil exportou para a Austrália US\$ 77 milhões, valor 21% maior do que no mesmo período do ano anterior.

Entre 2002 e 2008, as importações brasileiras passaram de US\$ 212 milhões para US\$ 1,229 bilhão. Em 2009, porém, caíram para US\$ 844 milhões (31% menor do que em 2008). Nos dois primeiros meses de 2010, o Brasil importou da Austrália a quantia de US\$ 158 milhões, 7% menos do que foi registrado no mesmo período do ano anterior.

O Brasil tem tradicionalmente apresentado déficit no comércio com a Austrália. Em 2009, o déficit alcançou o pico de US\$ 351 milhões. Nos dois primeiros meses de 2010, o déficit já está em US\$ 80 milhões.

Em 2009, a lista dos principais produtos exportados para a Austrália foi composta por aviões (11%), fumo (9,1%), automóveis (6,5%) e complexo soja (4,7%). No que se refere às importações brasileiras, os principais produtos foram o carvão (55,5%) e o petróleo (14,5%).

Investimento

Houve um expressivo crescimento do IED australiano no Brasil nos últimos anos. Em 2008, as inversões australianas no Brasil atingiram US\$ 1,15 bilhão. A Austrália foi o 9º maior investidor no Brasil naquele ano, à frente de países como a Alemanha, o Reino Unido e a Suíça. O Brasil continua a destacar-se como principal destino dos investimentos australianos na América Latina, à frente do Chile e do México. Apesar disso, os investimentos australianos no Brasil representam apenas 0,6% do total de investimentos daquele país no exterior.

A maioria dos investimentos (88%) foi feita no complexo mineral-metalúrgico, com destaque para custos extras decorrentes de fatores como valorização do real e gastos estruturais realizados na refinaria Alumar. Há, porém, uma tendência de diversificação dos investimentos, principalmente na produção de inseticidas, borracha, plásticos, petróleo e gás natural.

Entre as empresas australianas com presença relevante no Brasil estão Agrichem, Alumina Limited, Amcor, Ansell, Ashburton, Ausenco/Sandwell, Avanco Resources, BHP Billiton, Carnavale Resources, Centaurus Resources, Cougar, Elkedra, Eromanga, Gold Aura, Karron Gas Australia Ltd, Mincom/Maptek, Mirabela, Mundo Minerals, Nufarm, Orica, Pacific Hydro, QBE, Redox Diamonds, Resources & Investments NL, Rio Tinto, Seek Limited, Troy Resources, e Woodside Petroleum.

Os investimentos brasileiros na Austrália encontram-se ainda em fase inicial, mas fatos recentes parecem indicar mudança de tendência e crescimento do seu volume. Em 2001-02, os investimentos brasileiros na Austrália foram da ordem de US\$ 7 milhões, em 2003-04, atingiram cerca de US\$ 9 milhões e, em 2005, totalizaram US\$ 4 milhões.

Em fevereiro de 2007, a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), que já operava subsidiária australiana desde 2005, anunciou a compra da empresa de carvão AMCI Holdings Austrália, em transação de cerca de US\$ 800 milhões. Em outubro de 2007, a CVRD anunciou que, em seu orçamento de 2008, estavam alocados US\$ 96 milhões para desenvolvimento da mina de carvão de Carborough Downs, no Estado australiano de Queensland.

No terreno do agronegócio, a JBS Friboi brasileira, ao adquirir o controle acionário da SWIFT, por US\$ 1,4 bilhão, passou a também controlar a AMH (Australia Meat Holdings). Em 2008, a JBS Swift adquiriu, por US\$ 104 milhões, o Tasman Group, com instalações nos Estados de Vitória e Tasmânia, tornando-se duas vezes maior (21% das cabeças de gado abatidas no país) do que o segundo maior frigorífico na Austrália, o Tey's Brothers (9,6% das cabeças de gado).

Registre-se, ainda, a fábrica de motores da WEG, em Melbourne, que atende ao mercado da Oceania/ASEAN e gera para sua matriz, no Brasil, um lucro anual em torno de US\$ 18 milhões.

Política Interna

A Austrália é um Estado Federal, composto pelos Estados da Nova Gales do Sul, Vitória, Queensland, Austrália Ocidental, Austrália do Sul, Território do Norte e Tasmânia.

O país é uma monarquia constitucional com um sistema de governo parlamentar. O Chefe de Estado é a Rainha Elizabeth II, representada pela Governadora-Geral Quentin Bryce. O Chefe de Governo é o Primeiro-Ministro, líder do governo formado pelo partido com o apoio da maioria na Câmara dos Deputados.

Há dois grupos políticos principais que formam o governo, a nível federal e estadual: o Partido Trabalhista e a Coalizão formada pelo Partido Liberal e pelo Partido Nacional, seu parceiro menor. Partidos menores – o Partido Verde, o Partido Democrata, o Partido Primeiro a Família e o Partido Uma Nação – e deputados independentes também estão representados no Parlamento.

Os liberais estiveram no poder de 1949-72 (Robert Menzies, Harold Holt, John McEwen, John Gorton e William McMahon). Com a exceção do Governo de John Fraser (1972-75), os trabalhistas dominaram a política australiana de 1972 a 1996 (Edward Whitlam, Robert Hawke e Paul Keating). John Howard, da Coalizão Liberal-Nacional, esteve à frente do Governo australiano por 4 mandatos consecutivos, em um total de 11 anos (1996 a 2007), tendo sido o segundo Primeiro-Ministro a ficar mais tempo no cargo, atrás apenas de Robert Menzies.

O Partido Trabalhista voltou ao poder com Kevin Rudd como primeiro-ministro em 24/11/2007. O Partido Trabalhista obteve a maioria dos 150 assentos da Câmara dos Deputados (84 do Partido Trabalhista contra 64 da Coalizão entre os Partidos Liberal e Nacional), não tendo, porém, alcançado a maioria dos 76 assentos do Senado (37 da Coalizão Liberal-Nacional contra 34 do Partido Trabalhista).

No último ano do seu mandato, o Primeiro-Ministro Kevin Rudd goza de altos índices de aprovação. A popularidade do governo se deve ao bom desempenho da economia australiana durante a crise financeira internacional, bem como a uma série de decisões políticas tomadas após a eleição, entre as quais, a ratificação do Protocolo de Kyoto, o pedido público de desculpas aos povos aborígenes e as leis trabalhistas que deram mais poder aos sindicatos.

O pedido formal de desculpas aos povos aborígenes do país, por um passado de injustiças cometidas pela colonização européia, teve grande repercussão interna. Compromisso assumido na campanha, a reconciliação com as chamadas “Gerações Roubadas” (vítimas da política oficial de assimilação que retirou crianças aborígenes à força de suas famílias para viver com os brancos entre 1910-69) implicou, entre outras coisas, em um conjunto de ações práticas para a redução das desigualdades econômicas e sociais entre aborígenes e brancos e na legitimação da posse ou do uso das terras ocupadas pelos cerca de 500 mil aborígenes do país (20% do território australiano).

A ratificação do Protocolo de Kyoto, primeiro ato do governo trabalhista, foi formalizada por ocasião da Conferência Ministerial das Nações Unidas sobre mudança do clima, realizada em dezembro de 2007, em Bali. A decisão implicou na alteração da política australiana para mudança do clima, a aceitação dos compromissos assumidos no âmbito do Protocolo de Kyoto e o abandono da posição marginal que o país ocupava em relação à temática ambiental.

As críticas mais severas ao governo recaem sobre as finanças públicas, mas a verdade é que os déficits no orçamento tiveram papel importante para evitar a recessão econômica em 2009, comum praticamente a todos os países desenvolvidos. A próxima eleição deverá acontecer no fim de 2010 e, de acordo com as pesquisas de opinião, é muito pouco provável que a oposição consiga evitar um segundo mandato de Rudd.

A coalizão Liberal-Nacional, porém, ganhou novo alento em dezembro de 2009, quando o novo líder, Tony Abbott, assumiu em substituição a Malcolm Turnbull. Abbott opôs-se ao projeto de lei trabalhista que cria o Plano de Redução das Emissões de Carbono, qualificando-o como mais um imposto disfarçado. A oposição obstruiu a votação do projeto pela segunda vez em dezembro de 2009, e deve rejeitá-lo novamente em março, quando o governo deve reapresentar o projeto.

A Mudança do Clima certamente será um dos principais temas de debate na próxima eleição. A Austrália, maior emissor per capita de gases de efeito estufa do mundo, foi muito afetada por secas na década que passou e, em 2009, o país assistiu aos mais terríveis incêndios da sua história. Muitos australianos acreditam que esses eventos estão intrinsicamente relacionados ao aquecimento global.

Política Externa

Os três pilares da política externa trabalhista, anunciados durante a campanha eleitoral do Primeiro-Ministro Kevin Rudd, são a manutenção de bom relacionamento com Washington, o tratamento prioritário dado a região da Ásia-Pacífico e o firme comprometimento com o multilateralismo.

Embora o Governo Rudd tenha acabado com o alinhamento automático entre as políticas externas da Austrália e dos Estados Unidos existente durante o Governo Howard, ao anunciar a retirada das tropas australianas do Iraque e a ratificação do Protocolo de Kyoto, em 2008, os dois países continuam aliados históricos. A eleição de Barack Obama aumentou a identidade de visões entre os dois governos, em temas tais como a retirada norte-americana do Iraque e o estabelecimento de um mecanismo de redução dos gases de efeito estufa.

A Austrália procura também intensificar o comércio e a diplomacia com a região da Ásia-Pacífico. O país teve papel importante na formação do Fórum de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC). Em fevereiro de 2009, Austrália, Nova Zelândia e os dez membros da ASEAN assinaram acordo de livre comércio, cuja entrada em vigor está prevista para 1º de janeiro do próximo ano. Com a China, existe convergência de posições em considerável gama de temas internacionais. As disputas diplomáticas com a China são freqüentes, mas não chegam a afetar o importante relacionamento comercial entre os dois países. A China tornou-se o principal parceiro comercial australiano em 2009.

A relação com a Indonésia, por sua vez, é historicamente a mais importante dentre as relações com os países do Sudeste Asiático. O relacionamento bilateral tem alternado períodos de tensão e descentendimentos com períodos de aproximação e tentativas de diálogo.

A Nova Zelândia é um aliado natural, partilhando com a Austrália origens comuns e fortes laços culturais que datam do início da colonização britânica na Oceania, no final do século XVIII e início do século XIX. Em 1983, os dois países assinaram o acordo econômico “Australia New Zealand Closer Economic Relations” (CER). Ambos os países possuem longo histórico de cooperação em defesa, inclusive em conflitos e missões de manutenção da paz ao redor do mundo.

A Austrália mantém um programa de assistência às Ilhas do Pacífico e vem procurando estimular o Estado Democrático de Direito em países como Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão e Ilhas Fiji.

Recentemente, surgiram tensões no relacionamento da Austrália com a Índia. Ataques a estudantes indianos na Austrália, no final de 2009, tiveram como consequência uma passeata em Melbourne, e a agressão de um estudante indiano, em janeiro de 2010, levou o governo indiano a classificar o crime como “um atentado contra a humanidade”.

O comprometimento com o multilateralismo está na origem da decisão de ratificar o Protocolo de Kyoto; do apoio à Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas, do anúncio da retirada das tropas australianas do Iraque; da prioridade atribuída à Rodada Doha; e da candidatura da Austrália a uma das vagas não permanentes do Conselho de Segurança para o biênio 2013-14.

Economia, comércio e investimentos

Economia

A Austrália passou a ocupar a segunda posição no recém publicado Human Development Report 2009 das Nações Unidas, suplantada apenas pela Noruega. O país foi um dos poucos países integrantes da OCDE a lograr atravessar o período mais agudo da crise financeira internacional sem que fossem afetadas de forma significativa as bases de sua economia.

Os atuais indicadores sociais australianos não apenas demonstram a existência de sólidos fundamentos econômicos, como explicam, também, a expectativa positiva que aponta na direção de uma consistente retomada do crescimento da economia:

As projeções atuais indicam que o PIB australiano apresentaria resultados positivos em 2010. Vale observar, ademais, que, embora na área da Ásia-Pacífico a economia australiana seja, em números absolutos, menor do que a de China, Japão e Índia, o país, com uma população de apenas 22 milhões de habitantes, supera o PIB da Indonésia (população de 240 milhões de habitantes) e Coréia do Sul (50 milhões de habitantes). A renda per capita australiana, cerca de US\$ 36 mil, é das mais altas da região, superando inclusive Japão, Coréia do Sul e Nova Zelândia.

A divulgação de dados sobre o desempenho econômico australiano em 2009 tem motivado análises otimistas sobre o futuro imediato do país. Recebe destaque nesse contexto o fato de o crescimento do PIB australiano ter apresentado saldo positivo em 2009, embora de apenas +0.5%. Ainda assim, exceto pelo espetacular crescimento da China (+8,9%) e da Índia (+7,9%), segundo dados australianos, apenas a Coréia (+0,9%) teria, entre um grupo de economias relevantes, evitado resultados negativos tais como os apresentados pela Rússia (-8,9%), Reino Unido (-5,1%), Japão (-5,1%), Alemanha (-4,8%), Itália (-4,6%); EUA -2,6%, França (-2,3%).

Também a taxa de desemprego australiano de 5,5% exhibe sinal moderado em meio a taxas mais elevadas em grupo de países selecionados (EUA 10%; França 9,1%; Canadá 8,5%; Itália, 8,3%; Rússia, 8,1%; Reino Unido, 7,9%; Brasil, 7,4%).

Da mesma forma, a contenção da inflação australiana para apenas 1,3% no ano, exhibe vantagem se comparada com outras mais elevadas como Índia (13,5%); Rússia (8,8%); Brasil (4,3%); Reino Unido (2,9%); Coréia (2,8%); EUA (2,7%); e Japão (1,9%), ainda que ligeiramente superior às taxas de inflação de Canadá e Itália (1,0%); França (0,9%); Alemanha (0,8%) ou à taxa de deflação do Japão (-1,9%).

Esses dados têm levado a análises das causas do êxito econômico em termos comparativos. Alguns argumentam que, tal como o Brasil, a Austrália se beneficiou de vendas à China (especialmente de minério de ferro), e de um sistema bancário mais regulamentado do que outras economias ocidentais. Tal como o Brasil beneficiou-se, no comércio exterior, de diversidade de parceiros.

É de se notar, entretanto, que dado o tamanho comparativamente reduzido de sua população (22 milhões de habitantes), a Austrália não se beneficiou da mesma

forma que a China, Índia e Brasil de um mercado interno amplo ou mesmo ampliado. Esse fator parece ter sido contrabalançado por sua renda per capita alta que, em 2008, segundo dados do FMI, foi de 46.824, ou seja, pouco superior à de países desenvolvidos relevantes tais como França (46.037); Canadá (45.085); Alemanha (44.729); Reino Unido (43.734), Itália (38.996); Japão (38.457); Espanha (35.711) e Coreia (19.136) e certamente muito superior a de muitas outras economias como as da Rússia (11.807); México (10.200); Brasil (8.295); Argentina (8.171); China (3.259) e Índia (1.017).

Os dados de 2009 parecem justificar a revisão para cima das previsões de crescimento da economia da Austrália em 2010. Assim, por exemplo, o FMI previu em outubro passado que neste ano a economia australiana cresceria 2,8%. Por si só essa previsão já deixava o país em vantagem com relação a EUA (1,9%); França e Japão (1,4%); Reino Unido (1,3%); Alemanha e Itália (0,8%); embora inferior a de Coreia (3,5%) e Canadá (3%).

Comércio

Em 2008, as exportações australianas totalizaram US\$ 122,7 bilhões, e as importações alcançaram US\$ 137,3 bilhões, gerando, portanto, um déficit comercial de US\$ 14,5 bilhões (o intercâmbio comercial com o exterior foi de US\$ 260,1 bilhões).

O déficit da balança comercial australianas em agosto de 2009 foi inferior àquele de julho. A exportação de produtos manufaturados aumentou em 2,8% no mesmo período, não obstante a forte valorização do dólar australiano. A exportação de serviços, por sua vez, subiu 0,6% em agosto de 2009. No âmbito exclusivo da região Ásia-Pacífico, vale registrar que nos últimos doze meses as exportações australianas para a China, Coreia do Sul e Japão tiveram acréscimos, respectivamente, de 37%, 28,7% e 28,6%.

A pauta de exportação é composta principalmente por produtos primários, como carvão, minério de ferro, ouro e petróleo. Os principais itens que o país importa, além de petróleo cru e refinado, são bens manufaturados ou semi-manufaturados, tais como veículos automotores, computadores e medicamentos.

No ano fiscal 2008, os principais mercados para os produtos australianos foram o Japão (19,3%), a China (14,9%), a Coreia do Sul (7,9%), os Estados Unidos (5,9%) e a Nova Zelândia (5,2%). A Austrália, por sua vez, comprou principalmente da China (15,3%), dos Estados Unidos (12%), do Japão (9,7%), de Cingapura (6,8%) e da Alemanha (5,2%).

A Austrália possui Acordos de Livre Comércio bilaterais e plurilaterais (ALCs) com a Nova Zelândia, Cingapura (2003), os Estados Unidos, a Tailândia (2005), o Chile e a ASEAN. ALCs estão sendo negociados também com a Malásia, a Coreia do Sul, o Japão, o Conselho de Cooperação do Golfo e a China. Há, por fim, estudos para analisar a possibilidade de o país iniciar a negociação de ALCs com as Ilhas do Pacífico, Indonésia e Índia.

Investimentos

Os investimentos australianos no exterior, no ano fiscal 2007, alcançaram US\$ 253 bilhões, sendo que 55% do capital aplicado concentrou-se em apenas dois países: EUA e Reino Unido. O estoque de IED na Austrália, em 2007, atingiu US\$ 294 bilhões. O volume de IED vem aumentando a uma taxa média de 12% ao ano.

Anexos

Cronologia das relações bilaterais

- 1945 – Estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a Austrália.
- 1946 – É instalada no Rio de Janeiro a primeira representação diplomática da Austrália na América Latina e o Brasil instala sua legação em Camberra.
- 1978 – Assinatura em Camberra de Acordo Comercial entre o Brasil e a Austrália.
- 1994 – Visita à Austrália do Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim. Na ocasião, é assinado Tratado de Extradicação entre os dois países.
- 1998 – Assinatura de Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Matéria Sanitária.
- 2001 – Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros Alexander Downer à América Latina (Brasil, Argentina e Chile). Criação do Conselho para Relações Austrália-América Latina (COALAR), com o objetivo de incrementar as relações da Austrália com a América Latina e estimular o conhecimento mútuo.
- 2004 – Visita ao Brasil do Ministro do Comércio e Vice Primeiro-Ministro, Mark Vaile, que participou da XI Sessão da UNCTAD em São Paulo.
- 2005 – Visita ao Brasil do Ministro da Educação, Ciência e Treinamento, Brendan Nelson, atual líder da oposição australiana.
- 2006 – Segunda visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros Alexander Downer.
- 2006 – Visita à Austrália do Presidente da APEX, Juan Quirós.
- 2006 – Visita à Austrália do Assessor Especial da Presidência para Assuntos Internacionais, Marco Aurélio Garcia.
- 2007 – Visita ao Brasil do Diretor do Departamento das Américas, Les Luck, para participar da III Reunião Ministerial da FOCALAL.
- 26/02/2008 – Missão de Alto Nível do Assessor Especial para a Ásia, Embaixador João Gualberto Marques Porto, à Sydney e Camberra.
- 23/05/2008 – Visita do SGAP II, Embaixador Roberto Jaguaribe, para a VIII Reunião de Consultas Políticas Brasil-Austrália em Camberra.
- 26 e 27/08/2008 – Visita do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, à Camberra.
- 14/11/2008 – Encontro do Presidente da República com o Primeiro-Ministro da Austrália, Kevin Rudd, em Washington, à margem da Cúpula sobre Mercados Financeiros e Economia Global.
- 10/7/2009 – Encontro do Presidente da República com o Primeiro-Ministro Kevin Rudd em L'Aquila, à margem da Cúpula do G8+G5.
- 24 a 26/8/2009 – Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros Stephen Smith.

Cronologia histórica

- 1770 – O Capitão James Cook, a bordo do Endeavour, chega a Botany Bay, hoje Sydney, na costa oriental da Austrália, e estabelece o início do domínio britânico.
- 1851 – Tem início a corrida do ouro em Balthurst, New South Wales.
- 1868 – Os últimos prisioneiros britânicos são transportados para a Austrália continental.
- 1901 – Constitui-se a Comunidade da Austrália (Commonwealth of Australia).
- 1914-1918 – Tropas australianas combatem na Primeira Guerra Mundial.
- 1920 – QANTAS começa a operar serviços aéreos.
- 1927 – O primeiro Parlamento Federal reúne-se em Canberra.
- 1933 – A região da Austrália Ocidental convoca referendun propondo a secessão do Reino Unido, mas o Parlamento rejeita a proposta.
- 1939-1945 – Tropas australianas combatem na Segunda Guerra Mundial.
- 1965 – Tropas australianas são enviadas ao Vietnã.
- 1996 – John Howard (Partido Liberal) é eleito Primeiro-Ministro.
- 1999 – Os australianos decidem em plebiscito pela manutenção da monarquia.
- 2000 – Jogos Olímpicos de Sydney.
- 2004 – O governo australiano faz a maior doação às vítimas do tsunami.
- 2006 - Força militar australiana é enviada a Timor Leste para ajudar na estabilização do país.
- 2007 – Kevin Rudd (Partido Trabalhista) é eleito Primeiro Ministro.
- 2008 – O governo australiano ratifica o Protocolo de Kyoto.
- 2008 – Kevin Rudd anuncia a retirada das tropas australianas do Iraque.
- 2008 – O Estado Australiano faz um pedido formal de desculpas aos povos aborígenes da Austrália pelas injustiças cometidas no passado pela colonização europeia.
- Dezembro 2009 – Eleição do novo líder da oposição, Tony Abbott, em substituição a Malcolm Turnbull.

Atos bilaterais

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Promulgação	
			Decreto nº	Data
Ajuste para Entrega de Desertores de Navios Mercantes.	30/07/1888	30/07/1888	9992	08/08/1888
Convenção de Arbitragem.	18/06/1909	06/05/1911	8720	10/05/1911
Tratado para o Estabelecimento de uma Comissão de Paz.	04/04/1919	11/03/1921	14723	16/03/1921
Acordo Comercial.	23/02/1978	25/08/1978	82561	01/11/1978
Memorando de Entendimento para Consultas sobre Assuntos de Interesse Comum.	27/08/1990	27/08/1990		
Acordo, por troca de Notas, sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependente do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico.	22/08/1994	01/12/1995	1710	22/11/1995
Tratado sobre Extradicação.	22/08/1994	01/09/1996	2010	23/09/1996
Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Matéria Sanitária.	02/04/1998	02/04/1998		

Dados econômico-comerciais

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS AUSTRÁLIA

DADOS BÁSICOS	
Nome oficial	Comunidade da Austrália
Superfície	7.682.400 Km ²
Localização	Oceania
Capital	Canberra
Principais cidades	Sydney, Melbourne, Brisbane, Perth, Adelaide, Canberra
Idioma oficial	Inglês
PIB a preços correntes (Estimativa 2009)	US\$ 997,8 bilhões
PIB "per capita" (2009)	US\$ 46.845
Moeda	Dólar australiano

Elaborado pelo MRE/DP/IDIC - Divisão de Informação Comercial com base nas informações da The Economist Intelligence Unit, Country Report march 2009

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS	2005	2006	2007	2008	2009 ⁽¹⁾
População (em milhões de habitantes)	20,2	20,5	20,7	21,0	21,3
Densidade demográfica (hab/Km ²)	2,6	2,7	2,7	2,7	2,8
PIB a preços correntes (US\$ bilhões)	737,8	784,8	948,6	1042,0	997,8
Crescimento real do PIB (%)	3,1	2,7	4,8	2,2	1,0
Variação anual do índice de preços ao consumidor (%)	2,8	3,3	3,0	3,7	2,1
Reservas internacionais (US\$ bilhões)	43,3	55,1	26,9	32,9	41,7
Dívida Externa Total (US\$ bilhões)	570,2	731,3	910,6	860,6	942,4
Câmbio (A\$ / US\$)	1,36	1,20	1,13	1,44	1,11

Elaborado pelo MRE/DP/IDIC - Divisão de Informação Comercial com base nas informações da The Economist Intelligence Unit, Country Report march 2009

(1) 2009 - estimativa EIU

BALANÇO DE PAGAMENTOS (US\$ milhões)	2006	2007	2008
A. Balança comercial (líquido fob)	-0.596	-17.770	-4.266
Exportações	124.913	142.435	189.919
Importações	134.509	160.205	194.205
B. Serviços (líquido)	869	1.113	112
Receita	33.588	40.439	46.329
Despesa	32.219	39.325	46.216
C. Renda (líquido)	-32.383	-40.636	-39.526
Receita	21.748	32.541	36.674
Despesa	54.131	73.177	76.200
D. Transferências unilaterais (líquido)	-394	-275	-341
E. Transações correntes (A+B+C+D)	-41.504	-57.568	-44.041
F. Conta de capitais (líquido)	1.737	1.632	2.165
G. Conta financeira (líquido)	49.901	20.954	45.491
Investimentos diretos (líquido)	2.482	15.603	4.441
Portfolio (líquido)	53.314	9.584	34.558
Outros	-5.895	14.915	6.492
H. Erros e Omissões	-412	-165	76
I. Saldo (E+F+G+H)	9.722	-35.147	3.691

Elaborado pelo MRE/DP/IDIC - Divisão de Informação Comercial com base nas informações da FMI, International Financial Statistics, CD February 2010

(1) Última posição disponível em 12/03/2010

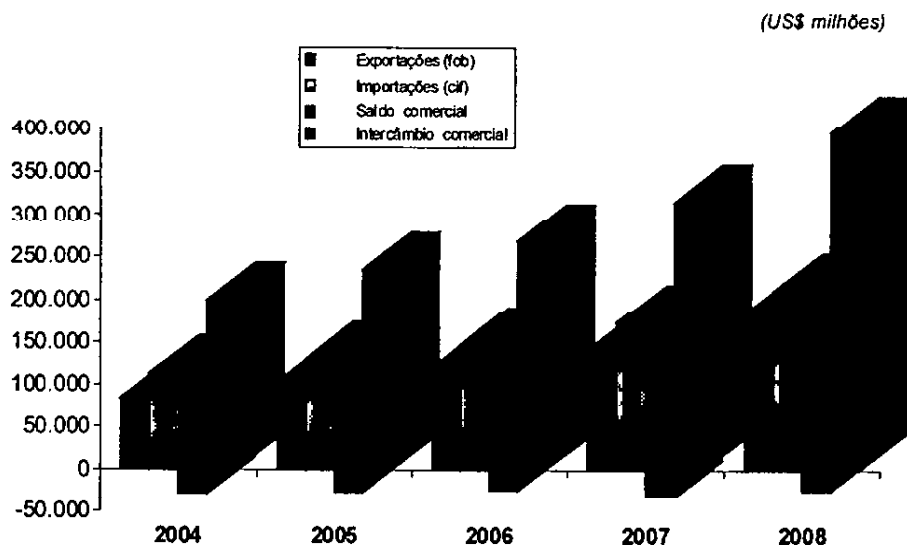
COMÉRCIO EXTERIOR ⁽¹⁾ (US\$ milhões)	2004	2005	2006	2007	2008	2009 ⁽²⁾
Exportações (fob)	86.327	105.222	121.934	141.596	185.693	111.191
Importações (cif)	114.189	130.974	146.602	174.204	211.111	123.081
Saldo comercial	-27.862	-25.752	-24.668	-32.608	-25.418	-11.890
Intercâmbio comercial	200.516	236.196	268.536	315.800	306.804	234.272

Elaborado pelo MRE/DP/IDIC - Divisão de Informação Comercial com base em dados da FMI, Direction of Trade Statistics, CD February 2010

(1) Os dados não coincidem, necessariamente, com aqueles apresentados no Balanço de Pagamentos em razão das distintas metodologias de cálculo

(2) janeiro - setembro

COMÉRCIO EXTERIOR DA AUSTRÁLIA 2004 - 2008



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, CD February 2010.

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões - cif)	2006	% no total	2007	% no total	2008	% no total	2009 ⁽¹⁾	% no total
IMPORTAÇÕES:								
China	21.001	14,4%	20.907	13,4%	32.433	15,4%	21.390	17,4%
Estados Unidos	20.868	14,3%	22.263	12,8%	25.346	12,0%	14.123	11,5%
Japão	14.028	9,6%	16.703	9,6%	19.128	9,1%	10.121	8,2%
Cingapura	8.752	6,0%	9.721	5,6%	14.728	7,0%	6.808	5,4%
Alemanha	7.460	5,1%	9.013	5,2%	10.651	5,0%	8.466	6,8%
Tailândia	5.152	3,5%	7.263	4,2%	9.479	4,5%	7.028	5,7%
Reino Unido	5.157	3,5%	7.431	4,3%	9.151	4,3%	3.880	3,2%
Malásia	3.662	2,5%	6.300	3,5%	8.840	4,1%	4.360	3,6%
Nova Zelândia	4.634	3,2%	5.780	3,3%	7.117	3,4%	3.903	3,2%
Coreia do Sul	5.600	3,9%	5.400	3,2%	6.630	3,2%	3.907	3,2%
Itália	3.690	2,5%	4.460	2,6%	4.999	2,4%	3.054	2,5%
Vietnã	4.701	2,8%	4.249	2,4%	4.913	2,3%	3.995	3,2%
Indonésia	3.556	2,4%	4.404	2,5%	4.802	2,3%	2.792	2,3%
França	3.510	2,4%	4.345	2,5%	4.785	2,3%	2.514	2,0%
Páua Nova Guiné	2.085	1,4%	2.224	1,3%	2.716	1,3%	1.680	1,4%
Suécia	2.084	1,4%	2.162	1,2%	2.449	1,2%	1.335	1,1%
Canadá	1.848	1,3%	1.884	1,1%	2.415	1,1%	1.167	0,9%
Brazil	891	0,6%	944	0,5%	1.192	0,6%	385	0,3%
SUBTOTAL	119.823	81,7%	141.957	81,5%	170.936	81,0%	96.943	78,8%
DEMAIS PAÍSES	26.779	18,3%	32.247	18,5%	40.175	19,0%	26.137	21,2%
TOTAL GERAL	146.602	100,0%	174.204	100,0%	211.111	100,0%	123.081	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, CD February 2010.

Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2008.

(1) janeiro - setembro.

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR	2 0 0 8 ⁽¹⁾	Part. % no total
EXPORTAÇÕES (US\$ milhões)		
Combustíveis minerais, óleos minerais e ceras minerais	59.868	32,0%
Minérios, escórias e cinzas	34.241	18,3%
Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas ou semipreciosas	12.965	6,9%
Carnes e miudezas, comestíveis	5.986	3,2%
Produtos químicos inorgânicos isótopos	5.910	3,2%
Alumínio e suas obras	5.221	2,8%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	5.055	2,7%
Cereais	4.384	2,3%
Veículos automóveis, tratores, ciclos	4.169	2,2%
Produtos farmacêuticos	3.289	1,8%
Cobre e suas obras	3.061	1,6%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	2.597	1,4%
Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia ou cinematografia	2.367	1,3%
Leite e laticínios; ovos de aves; mel natural	2.236	1,2%
Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	2.236	1,2%
Lã, pêlos finos ou grosseiros; fios e tecidos de crina	1.934	1,0%
Ferro fundido, ferro e aço	1.862	1,0%
Subtotal	157.405	84,2%
Demais Produtos	29.448	15,8%
Total Geral	186.853	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do UNCTAD/ITC/Trade map.

Divergências nos dados estatísticos são explicadas pelo uso de diferentes fontes.

(1) Última atualização disponível em 15/03/2010.

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR	2 0 0 8 ⁽¹⁾	Part. % no total
IMPORTAÇÕES (US\$ milhões)		
Combustíveis minerais, óleos minerais e ceras minerais	30.098	15,7%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	28.412	14,8%
Veículos automóveis, tratores, ciclos	22.979	12,0%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	18.479	9,6%
Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas ou semipreciosas	9.942	5,2%
Produtos farmacêuticos	6.725	3,5%
Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia ou cinematografia	6.116	3,2%
Plásticos e suas obras	4.499	2,3%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	4.215	2,2%
Aeronaves e aparelhos espaciais, e suas partes	3.530	1,8%
Ferro fundido, ferro e aço	3.040	1,6%
Produtos químicos orgânicos	2.985	1,6%
Móveis; mobiliário médico-cirúrgico; colchões	2.945	1,5%
Borracha e suas obras	2.580	1,3%
Papel e cartão; obras de pasta de celulose	2.481	1,3%
Brinquedos, jogos, artigos para divertimento ou para esporte	2.271	1,2%
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	2.028	1,1%
Adubos ou fertilizantes	1.917	1,0%
Subtotal	155.241	81,0%
Demais Produtos	36.343	19,0%
Total Geral	191.584	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do UNCTAD/ITC/Trade map.

Divergências nos dados estatísticos são explicadas pelo uso de diferentes fontes.

(1) Última atualização disponível em 15/03/2010.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - AUSTRÁLIA ⁽¹⁾					
(US\$ mil)	2005	2006	2007	2008	2009
Exportações	464.230	512.235	614.474	1.282.853	402.710
Variação em relação ao ano anterior	25,4%	10,3%	19,9%	104,0%	-80,7%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a Oceania	87,2%	171,8%	87,4%	92,4%	88,3%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,4%	0,4%	0,4%	0,6%	0,3%
Importações	628.299	737.847	775.874	1.229.919	844.229
Variação em relação ao ano anterior	68,1%	17,4%	5,2%	58,5%	-31,4%
Part. (%) no total das importações brasileiras da Oceania	94,9%	96,3%	96,2%	93,8%	93,9%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,9%	0,8%	0,6%	0,7%	0,7%
Intercâmbio Comercial	1.092.529	1.250.082	1.390.048	2.482.772	1.336.948
Variação em relação ao ano anterior	40,9%	14,4%	11,2%	76,6%	-46,2%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro com a Oceania	91,5%	91,6%	92,1%	93,1%	95,3%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,6%	0,5%	0,5%	0,7%	0,5%
Saldo Comercial	-164.069	-225.612	-161.700	22.934	-351.510

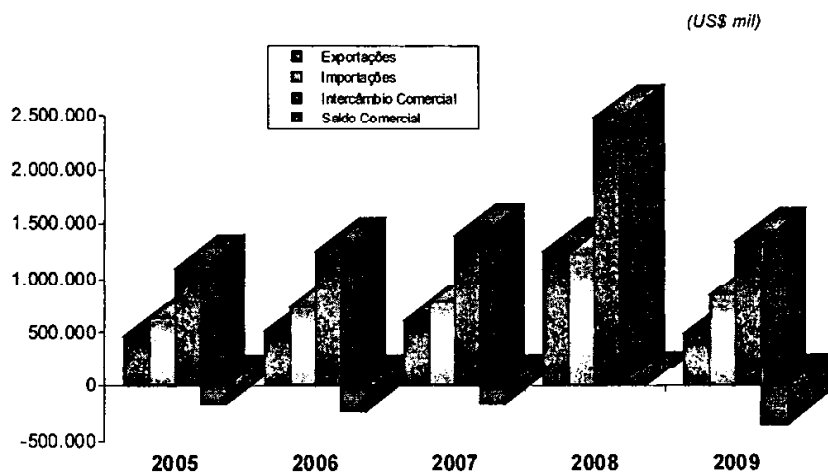
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial com base nas informações do MDIC/SECEX/Aliceweb.

(1) As discrepâncias observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações do país, e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de bases distintas e também por diferentes metodologias de apuração.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - AUSTRÁLIA			2009	2009
(US\$ mil, fob)			(jan-fev)	(jan-fev)
Exportações			63.346	77.137
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior			-33,5%	21,8%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a Oceania			78,5%	81,6%
Part. (%) no total das exportações brasileiras			0,3%	0,3%
Importações			171.357	158.133
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior			17,7%	-7,7%
Part. (%) no total das importações brasileiras da Oceania			87,0%	87,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras			0,9%	0,7%
Intercâmbio Comercial			234.703	235.270
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior			-2,5%	0,2%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil - Oceania			91,2%	95,5%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro			0,6%	0,5%
Balança Comercial			-108.011	-80.996

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial com base nas informações do MDIC/SECEX/Aliceweb.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - AUSTRÁLIA 2004 - 2008



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial com base nas informações do MDIC/SECEX/Aliceweb.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - AUSTRÁLIA (US\$ mil - FOB)	2 0 0 7	% no total	2 0 0 8	% no total	2 0 0 9	% no total
EXPORTAÇÕES: (por principais produtos e grupos de produtos)						
Aeronaves e aparelhos espaciais, e suas partes	71.953	11,7%	454.446	36,3%	83.799	17,0%
Outros aviões ou veículos aéreos, de peso maior que 15 toneladas	71.310	11,6%	454.174	36,3%	83.628	17,0%
Veículos automotores, tratores, ciclos	40.251	6,6%	44.345	3,5%	59.070	12,0%
Automóveis com motor de explosão e peso entre 1,5 T e 3 T	0	0,0%	0	0,0%	36.632	7,4%
Carrocerias para veículos com capacidade para mais que dez pessoas	0.531	1,1%	7.050	0,9%	0.420	1,0%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	83.698	13,6%	115.917	9,3%	47.353	9,6%
Outros elevadores	27.233	4,4%	58.432	4,7%	17.081	3,5%
Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados	13.704	2,2%	13.393	1,1%	36.024	7,1%
Desperdícios de fumo	495	0,1%	251	0,0%	603	0,1%
Preparações de produtos hortícolas, de frutas	29.235	4,8%	39.061	3,2%	29.039	5,9%
Sucos de laranja, congelados, não fermentados	26.096	4,2%	24.793	2,0%	15.090	3,1%
Outros sucos de laranja, não fermentados	1.328	0,2%	14.104	1,1%	12.796	2,6%
Minérios, escórias e cinzas	18.522	3,0%	20.491	1,6%	27.175	5,5%
Minérios de ferro não aglomerados e seus concentrados	18.521	3,0%	20.490	1,6%	27.174	5,5%
Borracha e suas obras	19.319	3,1%	19.816	1,6%	23.278	4,7%
Outros pneus novos para a onibus e caminhões	10.925	1,8%	10.115	0,8%	8.886	1,8%
Café, chá, mate e especiarias	21.167	3,4%	25.444	2,0%	22.320	4,5%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	41.262	6,7%	44.343	3,5%	20.272	4,1%
Calçados, polainas e artefatos semelhantes, e suas partes	17.356	2,8%	21.523	1,7%	18.103	3,7%
Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares	87.108	14,2%	107.122	8,6%	14.857	3,0%
Açúcares e produtos de confeitaria	1.278	0,2%	1.921	0,2%	9.513	1,9%
Matérias albuminóides; produtos à base de amidos ou de féculas modificados	5.369	0,9%	6.983	0,6%	9.248	1,9%
Gorduras e óleos animais ou vegetais	2.831	0,4%	26.684	2,1%	8.399	1,7%
Produtos químicos orgânicos	9.482	1,5%	12.524	1,0%	48.194	1,7%
Subtotal	462.225	75,3%	954.813	76,2%	415.641	84,4%
Demais Produtos	151.949	24,7%	296.040	23,8%	77.078	15,6%
TOTAL GERAL	614.174	100,0%	1.252.853	100,0%	492.719	100,0%

Elaborado pelo MRE/PROCOM - Divisão de Informação Comercial com base nas informações do MRE/SECEX/Alcance.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2008.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - AUSTRÁLIA (US\$ mil - FOB)	2 0 0 7	% no total	2 0 0 8	% no total	2 0 0 9	% no total
IMPORTAÇÕES: (por principais produtos e grupos de produtos)						
Combustíveis minerais, óleos minerais e ceras minerais	551.445	71,1%	981.000	79,8%	638.004	75,6%
Hulha betuminosa, não aglomerada	77.961	10,0%	139.265	11,3%	298.745	35,4%
Outras hulhas, mesmo em pó, não aglomeradas	473.494	61,0%	841.563	68,4%	194.286	23,0%
Óleos brutos de petróleo	0	0,0%	0	0,0%	117.041	13,9%
Hulha antracita, não aglomerada	0	0,0%	0	0,0%	15.188	1,8%
Ferro fundido, ferro e aço	11.455	1,5%	17.684	1,4%	44.987	5,3%
Alumina de ferro ou aço com revestimento de alumínio ou zinco	7.050	1,0%	10.268	0,8%	25.245	3,0%
Lâminas de ferro ou aço galvanizadas	2.658	0,3%	4.690	0,4%	10.808	1,3%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	26.702	3,4%	45.083	3,7%	40.672	4,8%
Partes de máquinas e aparelhos para processar minerais	901	0,1%	1.338	0,1%	15.037	1,8%
Máquinas e aparelhos para processar minerais	2.548	0,3%	3.705	0,3%	3.972	0,5%
Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia ou cinematografia	16.440	2,1%	25.760	2,1%	24.431	2,9%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	12.927	1,7%	20.282	1,6%	14.971	1,8%
Produtos diversos das indústrias químicas	1.485	0,2%	7.023	0,6%	11.541	1,4%
Produtos farmacêuticos	27.981	3,6%	10.231	0,8%	10.978	1,3%
Adubos ou fertilizantes	28.414	3,7%	0	0,0%	8.643	1,0%
Produtos químicos orgânicos	3.973	0,5%	5.303	0,4%	7.507	0,9%
Veículos automotores, tratores, ciclos	19.920	2,6%	33.359	2,7%	6.759	0,8%
Subtotal	662.585	85,4%	1.082.958	88,1%	722.745	85,6%
Demais Produtos	113.289	14,6%	146.861	11,9%	121.484	14,4%
TOTAL GERAL	775.874	100,0%	1.229.819	100,0%	844.229	100,0%

Elaborado pelo MRE/PROCOM - Divisão de Informação Comercial com base nas informações do MRE/SECEX/Alcance.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2008.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - AUSTRÁLIA (US\$ mil - fob)	2009 (Jan-fev)	% no total	2010 (Jan-fev)	% no total
EXPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Aeronaves e aparelhos espaciais, e suas partes	70	0,1%	23.699	30,7%
Veículos automotores, tratores, ciclos	3.308	5,2%	10.495	13,6%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	5.833	9,2%	4.659	6,0%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	3.186	5,0%	4.245	5,5%
Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados	4.703	7,4%	4.102	5,3%
Borracha e suas obras	2.597	4,1%	3.547	4,6%
Café, chá, mate e especiarias	2.722	4,3%	3.408	4,4%
Materias albuminosas; produtos à base de amidos ou de féculas modificados	1.209	1,9%	2.230	2,9%
Preparações de produtos hortícolas, de frutas	1.197	1,9%	2.157	2,8%
Gorduras e óleos animais ou vegetais	918	1,4%	2.055	2,7%
Calçados, polainas e artefatos semelhantes, e suas partes	502	0,8%	1.410	1,8%
Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia ou cinematografia	622	1,0%	1.366	1,8%
Produtos químicos orgânicos	528	0,8%	1.330	1,7%
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	715	1,1%	1.199	1,6%
Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	577	0,9%	1.180	1,5%
Plásticos e suas obras	428	0,7%	983	1,3%
Preparações alimentícias diversas	846	1,3%	838	1,1%
Pele, exceto a peleteria (peles com pelo*), e couros	813	1,3%	802	1,0%
Ferramentas, artefatos de cutelaria e talheres, e suas partes	548	0,9%	542	0,7%
Papel e cartão; obras de pasta de celulose	137	0,2%	533	0,7%
Subtotal	31.459	49,7%	70.777	91,8%
Demais Produtos	31.667	50,3%	6.360	8,2%
TOTAL GERAL	63.126	100,0%	77.137	100,0%
IMPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Combustíveis minerais, óleos minerais e ceras minerais	145.480	84,9%	128.535	81,3%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	5.424	3,2%	5.441	3,4%
Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia ou cinematografia	2.831	1,7%	5.267	3,3%
Produtos diversos das indústrias químicas	2.466	1,4%	3.583	2,3%
Adubos ou fertilizantes	0	0,0%	3.304	2,1%
Produtos farmacêuticos	3.637	2,1%	1.695	1,1%
Subtotal	159.838	93,3%	147.836	93,5%
Demais Produtos	11.519	6,7%	10.297	6,5%
TOTAL GERAL	171.357	100,0%	158.133	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial com base nas informações do MDIC/SEC/EXTRA/leweb.
Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em Jan-fev/2010.

Aviso nº 263 - C. Civil.

Em 5 de maio de 2010.

A Sua Excelência o Senhor
Senador HERÁCLITO FORTES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor RUBEM ANTONIO CORREA BARBOSA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Comunidade da Austrália.

Atenciosamente,



ERENICE GUERRA
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, de 12/05/2010.